



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

LEI Nº. 1.131/2025 de 23 de dezembro de 2025.

***Dispõe sobre o Plano Plurianual do
Município de Alto Paraíso de Goiás para o
quadriênio 2026 a 2029 e dá outras
providências.***

O Prefeito Municipal de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio 2026/2029 serão financiados com recursos provenientes de fontes próprias do Município, transferências constitucionais, operações de crédito e convênios com o Estado e a União.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Alto Paraíso de Goiás para o quadriênio 2026/2029 contemplará despesas correntes e de capital, bem como outras delas decorrentes, relativas a programas de duração continuada, conforme detalhado nos Anexos I e II desta Lei.

§ 1º - Os anexos que compõem o PPA são estruturados em: programas, objetivos, ações, produtos, público-alvo, unidade de medida, metas e valor estimado.

§ 2º - Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - Objetivos: resultados que se pretende alcançar com a execução das ações governamentais;

III - Ações: conjunto de procedimentos e trabalhos necessários à execução do programa;

IV - Produto: bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

V - Metas: objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

VI - Público-alvo: grupo de pessoas, comunidades, instituições ou setores beneficiados diretamente pelas entregas do programa;



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

VII - Unidade de Medida: padrão adotado para mensurar produtos ou serviços ofertados;

VIII - Valor: estimativa do custo total do programa, calculada pela soma das ações orçamentárias.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2026/2029, consolidadas por programas, constam nos anexos desta Lei.

Art. 4º - As metas físicas e fiscais por ação em cada programa estão demonstradas nos anexos desta Lei.

Art. 5º - Os valores constantes nos anexos estão orçados a preços correntes, considerando projeção de crescimento de 10% ao ano e PIB estimado em 3,5% ao ano.

TÍTULO II – DAS ALTERAÇÕES E INCLUSÕES DE METAS

Art. 6º - O Poder Executivo poderá ajustar as metas físicas, aumentando ou reduzindo, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, assegurando o equilíbrio fiscal.

Art. 7º - A inclusão de novos programas, bem como a exclusão ou alteração de programas previstos nesta Lei, será realizada pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei específico ou revisão anual.

§ 1º - As revisões anuais, se necessárias, deverão ser encaminhadas à Câmara Municipal até 31 de agosto dos exercícios de 2026, 2027, 2028 e 2029.

§ 2º - As Leis de Diretrizes Orçamentárias poderão promover ajustes no PPA, desde que respeitem as diretrizes estratégicas e o cenário de financiamento.

§ 3º - Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo, do público-alvo, dos indicadores ou índices;

II - inclusão ou exclusão de ações e produtos;

III - alteração do título da ação orçamentária, produto, unidade de medida, metas ou custos.

Art. 8º - Nenhum investimento com execução superior a um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no PPA ou autorização legal.

TÍTULO III – DIRETRIZES PARA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

Art. 9º - As codificações de programas e ações do PPA serão observadas na LDO, LOA, créditos adicionais e leis de revisão do Plano.

Parágrafo único - Os códigos referidos prevalecerão até a extinção dos programas e ações a que se vinculam.

Art. 10 - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão definidas na LDO e extraídas dos anexos desta Lei.

TÍTULO IV – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 11 - O PPA será permanentemente acompanhado e avaliado anualmente.

§ 1º - O acompanhamento será feito com base na execução físico-financeira de cada ação.

§ 2º - A avaliação considerará os objetivos, desempenho dos indicadores e alcance das metas.

§ 3º - O Poder Executivo instituirá sistema de monitoramento do PPA, coordenado pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

§ 4º - O relatório anual de avaliação conterá, no mínimo:

I - análise das variáveis que embasaram a elaboração do PPA, com justificativas para diferenças entre valores previstos e realizados;

II - demonstrativo da execução física e financeira por programa e ação, detalhando fontes de recursos;

III - índices alcançados ao término de cada exercício, comparados aos previstos;

IV - análise da possibilidade de cumprimento das metas e medidas corretivas necessárias.

Art. 12 - O Poder Executivo promoverá a participação da sociedade civil organizada no acompanhamento, avaliação e revisão do PPA.

Art. 13 - Os órgãos responsáveis indicarão servidores para execução e fornecimento das informações de monitoramento.

Art. 14 - Os servidores responsáveis deverão:

I - elaborar planos gerenciais de execução dos programas;

II - registrar informações físico-financeiras;

III - apresentar relatórios mensais e anuais à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.



Estado de Goiás
Município de Alto Paraíso de Goiás
Gabinete do Prefeito

TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 - Somente poderão ser contratadas operações de crédito para projetos incluídos no PPA, observados os limites de investimento.

Art. 16 - Os valores consignados em cada ação são referenciais e não constituem limites à programação das despesas na LDO, LOA ou créditos adicionais.

Art. 17 - O Poder Executivo divulgará a íntegra desta Lei no portal eletrônico oficial do Município.

Art. 18 - O Poder Executivo observará as determinações da Emenda Constitucional nº 126/2022, quanto ao limite de 2% da Receita Corrente Líquida para emendas impositivas, sendo 50% destinados à saúde, excetuadas despesas com pessoal e encargos.

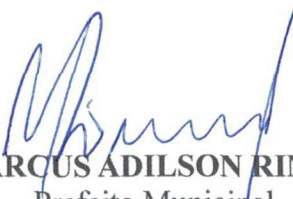
Art. 19 - A LDO não poderá prever aumento ou criação de tributos, exceto no caso de tributação de serviços bancários.

Art. 20 - Integram a presente lei os seguintes anexos:

- I – Detalhamento dos Programas por Unidade Orçamentária;
- II – Detalhamento dos Programas e seus Objetivos (Metas Físicas e Financeiras do Quadriênio 2026/2029).

Art. 21 - Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito de Alto Paraíso de Goiás, Estado de Goiás, aos 23 dias do mês de dezembro do ano de 2025.


MARCUS ADILSON RINCO
Prefeito Municipal

Certidão
Registrado em livro
próprio, afixado nos Placares
de publicidade da Prefeitura
e da Câmara Municipal
Data Supra.